



COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE
Resolução CNMP nº 145, de 14/06/2016 e Emenda Regimental nº 20, de 25/02/2019

ATA DA II REUNIÃO DO
SUBGRUPO 01 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESMATAMENTO E QUEIMADAS
GRUPO DE TRABALHO DE DEFESA DA AMAZÔNIA

Data: 03/09/2020, às 15 horas

Local: Videoconferência (Teams) - gravada

Coordenadora: Ana Carolina Haliuc Bragança (MPF/AM)

Subcoordenadora: Meri Cristina Amaral Gonçalves (MPAC)

Secretária: Eliane Cristina Pinto Moreira (MPPA)

PARTICIPANTES:

CNMP: Vanessa Goulart Barbosa e Tarcila Santos Britto Gomes, membras auxiliares da Comissão do Meio Ambiente (CMA) e Mariana Bruxel de Vasconcelos, servidora da CMA.

Colaboradores GT Amazônia presentes: Rita de Cássia Nogueira Lima, Procuradora de Justiça/Coordenadora do CAOP-MAPHU, MPAC, Marcelo Ferreira de Freitas, Analista Pericial/Engenharia Florestal-CAOP-MAPHU, MPAC, Meri Cristina Amaral Gonçalves, Promotora de Justiça, MPAC, Ana Carolina Haliuc Bragança, Procuradora da República no Estado do Amazonas, MPF- AM, Marcelo Moreira dos Santos, Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, MPAP, Eliane Cristina Pinto Moreira, Promotora de Justiça-Membro Colaboradora da CMA, MPPA, José Maria da Silva Junior, Procurador de Justiça e Membro Colaborador da CMA, MPTO, Sheila Cavalcante Pitombeira, Procuradora de Justiça, MPCE, e Membro Colaboradora da CMA, e Roberto Carlos Batista, Promotor de Justiça MPDFT e Membro Colaborador da CMA.

Convidados: Rodrigo Assis, Promotor de Justiça do MPAP, Rodrigo Celestino, Promotor de Justiça do MPAP e Viviane Amanajas, técnica do MPAP.

No dia 03 de setembro, às 15 horas, foi realizada reunião com os participantes acima relacionados, com o objetivo de debater os assuntos pautados em anexo.

1. Levantamento dos Municípios mais críticos quanto a desmatamento e queimadas: exposição de achados

A reunião iniciou com uma breve apresentação pela Dra. Ana Carolina sobre as providências adotadas até o momento, relatando as dificuldades de levantamento de dados junto ao INPE e as providências realizadas. Em razão disto foram identificadas as áreas mais críticas de desmatamento e queimadas dos estados da Amazônia, conforme dados do Prodes e Deter/INPE e feito o levantamento dos membros do Ministério Público que atuam nesses locais, chegando ao total de 75, sendo 40 Promotores de Justiça e 35 Procuradores da República.

2. Escuta de membros: metodologia de escuta e priorização

2.1. Prioridade de escuta: Altamira/PA e S. Felix do Xingu/PA – Escuta agendada para 14/09, às 13h30

2.2. Desenvolvimento de formulário após escuta

Foi informado que, inicialmente, estão previstas escutas dos membros que atuam nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no estado do Pará, municípios que ocupam o primeiro lugar em desmatamento e queimadas, para o próximo dia 14/09, às 13:30h, registrando-se que esta primeira reunião será realizada como tentativa de aproximação e de estabelecer um método, fazendo-se os ajustes necessários para as próximas escutas. Após, será definido como se prosseguirá a escuta



dos demais membros do MP. Os membros colaboradores do GT foram convidados para participar da escuta, se assim desejarem. Em seguida, Marcelo Moreira do MPAP asseverou que o GT, além de priorizar as áreas mais desmatadas, poderia promover o envolvimento de estados com menor índice de desmatamentos, como o Amapá, como ação preventiva e solicitou que os membros das demais áreas críticas de desmatamento e queimadas pudessem participar da escuta como ouvintes, tendo todos concordado. Ficou acordado que o link da reunião será enviado aos coordenadores dos centros de apoio dos estados da Amazônia para possibilitar a participação dos membros atuantes nas demais áreas críticas. Esclareceu-se ainda que as escutas irão embasar a elaboração das perguntas que comporão o formulário escrito que será enviado para preenchimento dos membros dos MPs nas áreas críticas.

3. Boletim Informativo da CMA– Exposição da atual situação

As membras auxiliares da CMA informaram que a primeira edição do boletim informativo está pronto e será lançado na próxima sessão do plenário do CNMP, em 08 de setembro. Ressaltaram que contém uma seção destinada à divulgação de boas práticas dos MPs na área ambiental, sendo contemplados na primeira edição do boletim o MPMT e o MPAC.

4. MapBiomias:

4.1. Exposição sobre a inserção do SIGEF e busca por coordenadas no sistema;

4.2. Inserção de áreas discriminadas, arrecadadas e matriculadas em nome da União Federal, com base no banco de dados da Secretaria de Patrimônio da União – articulações necessárias

Também foram informadas as providências junto ao Mapbiomas relatando as iniciativas para inserção de dados do SIGEF, busca de alertas por coordenadas e inclusão de dados de dominialidade das áreas na Plataforma MapBiomias Alerta, principalmente do banco de dados da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério da Economia. Foi informando que Tasso Azevedo, coordenador-geral do Mapbiomas, comprometeu-se a incluir em outubro uma nova camada de pesquisa na plataforma possibilitando a identificação de áreas federais, a partir dos bancos de dados já disponíveis (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-SFB, Funai-Terras Indígenas e Incra-Assentamentos), bem como a iniciar tratativas para incorporação do banco de dados da SPU.

5. Articulação com órgãos federais e estaduais

5.1. Definição de um órgão federal prioritário para articulação de acesso a dados por parte da CMA/CNMP

5.2. Definição de objetivo junto ao órgão federal prioritário: elaboração de plano de trabalho ou ACT para acesso a procedimentos administrativos e/ou outros dados

5.3. Análise da relação entre MPEs e OEMAs – proposta de adiamento temporário

Foi proposto que a articulação com órgãos federais com vistas a viabilizar o acesso direto do MP a processos sancionatórios ambientais por meio eletrônico começasse pelo IBAMA, uma vez que este órgão atua em matéria federal e estadual, tendo havido concordância do grupo.

Também foi informado que será adiado para momento oportuno o envio da segunda parte do formulário a ser respondida pelos MPs sobre a relação com órgãos de fiscalização ambiental, em razão de outras atividades prioritárias no momento.

6. Oficinas de boas práticas: agendamentos e temas

01.10.2020	Alexandre Gaio e Tasso Azevedo– Mata Atlântica em Pé
09.10.2020	Tema?
16.10.2020	Daniel Azeredo – Amazonia Protege Ana Carolina Bragança – FT Amazonia
23.10.2020	Tema?



Foi ressaltado que a ideia da realização do encontro de PGJs da Amazônia partiu dos integrantes deste e grupo e, desta forma, também se comprometiam a promover oficinas de capacitação aos integrantes das forças-tarefas que serão criadas, bem como prestar todo o auxílio necessário para o bom desenvolvimento de suas atividades. As membras auxiliares da CMA informaram que participaram das reuniões das forças-tarefas recém-criadas do MPAC e do MPAP. Também foi informado que já estão agendadas oficinas nos dias 01/10 e 16/10, a primeira com Alexandre Gaio do MPPR e Tasso Azevedo do MapBiomias e a segunda com Daniel Azeredo e Ana Carolina Bragança do MPF, tendo sido solicitadas sugestões para outras oficinas.

Na oportunidade, José Maria disse que o MPTO também já criou força-tarefa e está organizando aulas aos integrantes com Luciano Loubet do MPMS e com Fernando Barreto do MPMA, esta última sobre atos de improbidade administrativa ambiental, ainda sem datas definidas. Foi sugerido que os integrantes das forças-tarefas dos outros MPs pudessem participar, o que foi assentido. Também foi sugerido que uma dessas aulas ocorresse no dia 09/10 e constasse do cronograma de oficinas das forças-tarefas da Amazônia, tendo José Maria se comprometido a verificar a viabilidade.

Roberto Carlos do MPDF sustentou a necessidade de envolvimento dos GAEMAS e GAECOS na discussão e no desenvolvimento de atividades coordenadas. Outrossim, disponibilizou-se a apresentar o caso da APP do Paranoá, que envolve atuação administrativa, civil e criminal, como um precedente a ser apresentado às forças-tarefas. Por sua vez, a membra auxiliar Tarcila informou que ficou ressaltado no acordo de resultados assinado pelos PGJs da Amazônia a importância da criação de GAEMAs – Grupo de Atuação Especial em Meio Ambiente, ao passo que a membra auxiliar Vanessa acrescentou que o levantamento da estrutura do MP ambiental que foi realizado pela CMA e será publicado em outubro dará visibilidade ao tema, uma vez que ficou consignada a relevância e necessidade da criação de GAEMAS nos MPs, estrutura atualmente existente no MPPR, MPSP, MPRJ e MPRO, cujo material se encontra no One Drive do GT Amazônia. Sugeriu-se que as capacitações das forças-tarefas envolvam temas como grilagem em glebas estaduais e federais, crimes conexos, como lavagem de dinheiro, ao passo que Cristina, Presidente da Abrampa, também vai apresentar sugestões.

7. Conflitos de atribuições - MPF/MPE

7.1. Sugestão: (i) levantamento de pontos de conflitos; (ii) pesquisa de doutrina e jurisprudência; (iii) elaboração de estudo/compilação de doutrina e jurisprudência sobre hipóteses consolidadas nos Tribunais, com foco no STJ;

7.2. Definição de responsável pela ação.

Em relação ao tema, Sheila Pitombeira do MPCE se voluntariou a ficar como responsável pela atividade de levantamento dos pontos de conflito de atribuições entre MPF e MPE em matéria ambiental, bem como pela compilação de doutrina e jurisprudência sobre as hipóteses consolidadas nos tribunais, com foco no STJ. A respeito, informou que Jarbas criou um GT quando era presidente da Abrampa para discussão desse tema, tendo Moraes do MPPA ficado como responsável pela coleta das informações. Por sua vez, Meri do MPAC acrescentou que Rondônia teve conflito de atribuições entre MPF e MPE em relação à exploração, transporte e comercialização de madeira. Ainda, Roberto Carlos asseverou que teve experiência exitosa de atuação conjunta do MPDFT e MPF no caso que gerou a criação da Floresta Nacional de Brasília e apontou esse caminho como o ideal.

A respeito, a membra auxiliar Tarcila informou que a CMA fez minuta de recomendação para fomentar a atuação conjunta entre MPF e MPE na área ambiental, ao passo que a membra auxiliar Vanessa acrescentou que também foi elaborada minuta de recomendação pela Comissão de Saúde do CNMP para integração do MPF, MPT e MPE em relação à fiscalização das organizações sociais que gerem unidades de saúde, cujo modelo pode ser aproveitado. Por sua vez, José Maria asseverou que a Recomendação CNMP 65/2018, que trata de recursos hídricos, tem base interessante de integração



entre os MPs. Ana Carolina sustentou que a atuação conjunta pode e deve ser feita em causas complexas, ao passo que a compilação de casos servirá para orientação dos membros do MP em casos corriqueiros do dia-a-dia.

Ao final, ficou acordado que serão elaborados dois documentos: 1) compilação de doutrina e jurisprudência sobre as hipóteses de conflitos de atribuições entre MPF e MPE consolidadas nos tribunais, com foco no STJ; 2) proposta de recomendação para fomentar a atuação conjunta entre MPF, MPT e MPE em matéria ambiental.

ENCAMINHAMENTOS:

- a) Será realizada escuta dos membros do MPPA e do MPF atuantes nos municípios de Altamira/PA e São Felix do Xingu/PA em **14/09/2020, às 13:30h** – A CMA enviará convite da escuta ao coordenador do centro de apoio do meio ambiente do MPPA, ao Chefe do MPF-PA e aos Promotores de Justiça e Procuradores da República com atuação ambiental nesses municípios. A CMA criará o link da reunião e enviará aos participantes mencionados bem como aos coordenadores dos Centros de Apoio dos demais MPs da Amazônia Legal, a fim de possibilitar a participação como ouvinte de membros atuantes em outras áreas críticas de desmatamento e queimadas e integrantes das forças-tarefas criadas;
- b) Após a escuta, será elaborado formulário com perguntas sobre estrutura física, de pessoal, corpo técnico, estrutura dos órgãos federais, estaduais e municipais de fiscalização existentes no local, relacionamento do MP com esses órgãos e solicitando sugestões de atuação do GT Amazônia, dentro das atribuições da CMA-CNMP.
- c) O boletim informativo da CMA será lançado na próxima sessão do plenário do CNMP, em 08/09/2020;
- d) Foi informado que Tasso Azevedo, coordenador-geral do Mapbiomas, comprometeu-se a incluir os dados do SIGEF e busca de alertas por coordenadas na plataforma MapBiomas Alerta, bem como a incluir, em outubro, uma nova camada de pesquisa possibilitando a identificação de áreas federais a partir dos bancos de dados já disponíveis (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-SFB, Funai-Terras Indígenas e Incra-Assentamentos), além de iniciar tratativas para incorporação do banco de dados da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), do Ministério da Economia;
- e) A CMA iniciará tratativas com o IBAMA para assinatura de ACT que viabilize o acesso direto do MP a processos sancionatórios ambientais por meio eletrônico, via SEI ou outro sistema.
- f) José Maria vai informar a data das capacitações dos integrantes da força-tarefa do MPTO, bem como enviar o link de acesso, a fim de possibilitar a participação das forças-tarefas dos demais MPs. Também se comprometeu a verificar a viabilidade de que uma dessas aulas ocorra no dia 09/10 e conste do cronograma de oficinas das forças-tarefas da Amazônia.
- g) Serão definidos os temas das próximas oficinas para as forças-tarefas dos MPs da Amazônia;
- h) Sheila Pitombeira do MPCE ficou responsável por coordenar as atividades para elaboração de dois documentos: 1) compilação de doutrina e jurisprudência sobre as hipóteses de conflitos de atribuições entre MPF e MPE em matéria ambiental, já consolidadas nos tribunais, com foco no STJ (fauna, flora, mineração, questões criminais e cíveis etc); 2) proposta de recomendação para fomentar a atuação conjunta entre MPF, MPT e MPE na área ambiental.
- i) Ficou designada próxima reunião do subgrupo para o **dia 02/10/2020, às 15 horas (horário de Brasília)**.

A reunião foi encerrada às 16:40 horas.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Ana Carolina Haliuc Bragança (MPF/AM)
Coordenadora do Subgrupo

Eliane Cristina Pinto Moreira (MPPA)
Secretária

Vanessa Goulart Barbosa
Membra Auxiliar da CMA-CNMP

Tarcila Santos Britto Gomes
Membra Auxiliar da CMA-CNMP